

190

“Funai está envolvida em conflitos”

Brasília - Há menos de um mês presidindo a Fundação Nacional do Índio (Funai), o ex-deputado paulista Marcelo Santilli, 39, foi surpreendido por uma avalanche de problemas, um deles a invasão do assentamento sudoeste, em São Félix do Xingu (PA), onde 52 índios armados saquearam um acampamento dos posseiros.

Ex-presidente de uma organização não-governamental, o Instituto Sócioambiental (ISA), Santilli assume a Funai em um momento delicado para a instituição, alvo de denúncias envolvendo corrupção de funcionários e de uma ofensiva por parte da Câmara dos Deputados, onde duas comissões analisam as demarcações de terras indígenas no Brasil e uma CPI promete causar muita dor de cabeça. Declaradamente partidário da causa indígena - ele faz questão de destacar repetidas vezes que os índios são o lado mais frágil nos conflitos pela posse da terra -, Santilli assume a Funai com a intenção de promover o desenvolvimento auto-sustentado nas aldeias. Para isso, ele pretende criar um banco de projetos de iniciativas das próprias comunidades indígenas.

Amigo do presidente Fernando Henrique, o novo presidente da Funai não se inibe em criticar a ausência de políticas públicas capazes de oferecer soluções para os conflitos agrários que assolam o País. Marcelo Santilli falou ao O LIBERAL sobre seus planos para a Fundação e fez uma análise dos problemas mais graves envolvendo a questão indígena no País.

Como a Funai está agindo com relação à invasão do assentamento sudoeste, em São Félix do Xingu?

Nós propusemos aos trabalhadores rurais que fosse enviada à área uma comissão, que faria uma pericia para determinar se os posseiros estão dentro ou fora da área indígena. Essa controvérsia é fundamental. Se verificarmos que eles estão fora da área indígena é um problema da Funai que deve resolvê-lo junto de seus funcionários e com a comunidade indígena ocupante da área. Se eles estiverem dentro da área indígena, a solução do problema transcende a esfera da Funai e exigirá o concurso do Inca e eventualmente do Itaipá, para que se busque uma área de reassentamento desses trabalhadores.

O sr. afirma ter encontrado uma avalanche de problemas na Funai. O sr. foi surpreendido por isso?

A Funai, de fato, está envolvida em conflitos em todo o País e a nossa expectativa

é que possamos estabelecer uma estratégia de superação do conflito. O conflito não interessa aos índios, que, via de regra, são a parte mais fraca; não interessa aos regionais envolvidos e não interessa ao desenvolvimento do País, pois, enquanto as pessoas estão se matando, toda essa energia e esforço deveriam estar sendo direcionados ao desenvolvimento mas estão sendo desperdiçados. Evidentemente que a Funai não pode, unilateralmente, resolver todos os conflitos, pois as soluções dependem também das outras partes, mas a nossa intenção é resolver.

O sr. já está envolvido há algum tempo com a questão indígena, mas o volume de problemas o assustou?

É sabido que a questão indígena tem muitos problemas em todo o País. Eu, obviamente, não tinha conhecimento, e nem tenho ainda, de todos os problemas, mas encontrei sobre a minha mesa uma quantidade muito grande de problemas a serem

resolvidos, uma demanda acumulada muito grande.

A que o sr. atribui esse acúmulo de problemas? As administrações anteriores foram relapsas?

Absolutamente. Há muito tempo o País não tem uma política indígenista. Na ausência de uma política indígenista e mesmo de outras políticas públicas implementadas em nível federal, cada órgão procura proceder da maneira que considera mais adequada. Eu acho que os meus antecessores viveram dificuldades imensas diante da administração desses problemas sem disporem de uma orientação clara das instâncias superiores do governo. Acho que o Brasil precisa de uma política indígenista, de uma política de reforma agrária e de uma política ambiental que, sendo conduzidas pelos centros de poder, possam fazer com que os órgãos e seus funcionários procedam de maneira adequada em função dessas políticas, coisa que não vem ocorrendo até hoje.

O sr. costuma dizer que, neste País, posseiros e índios estão sendo usados como bucha de canhão. O que o sr. quer dizer exatamente com isso?

O que eu quero dizer é que a gente tem, sobretudo na região amazônica, um modelo de ocupação e de produção econômica que foge, via de regra, ao que determina a legislação. Os poderes públicos não dispõem dos elementos suficientes para implementar uma política de acordo com essa legislação e nós temos problemas de natureza fundiária que são gravíssimos. É uma coisa

conhecida, não é algo que diz respeito especificamente aos índios, estão af os conflitos noticiados pela imprensa envolvendo sem-ter posseiros, garimpeiros, madeireiros. Lamentavelmente, temos grandes contingentes da população brasileira hoje envolvidos em atividades ilegais por não terem uma alternativa que pudesse colocá-los em um tipo de trabalho mais adequado e de acordo com a lei. Esses conflitos todos que vêm pipocando mostram muito claramente que a questão fundiária deveria ser tratada como uma prioridade de governo.

Os funcionários da Funai constantemente são acusados de corrupção. Essas acusações são formais e costumam ocorrer aqui no Congresso. Como o sr. pretende atacar esse problema?

Veja bem, em qualquer órgão público você tem denúncias dessa natureza e eu conheço dentro da Funai muitos funcionários que poderiam ser considerados verdadeiros heróis: pessoas que ganham um salário de fome, que vivem no fim do mundo, que sofrem todo tipo de doença, que lidam com uma questão delicada, como é a questão indígena, e continuam dando sua colaboração para que esse tipo de questão seja um dia solucionada no País. Então, temos de saber separar o joio do trigo, saber estimular os funcionários competentes, os que se esforçam, e encontrar a maneira adequada de punir os que são corruptos ou que não cumprem suas funções. Todo órgão tem esse tipo de problema e a Funai não é uma exceção.

Mas o sr. pensa em alguma estratégia, uma vez que essas denúncias são muitas e bastante frequentes?

Acto que cada denúncia deve ser apurada. Há em tramitação na Funai uma enormidade de inquéritos administrativos para apurar esse tipo de denúncia. Os inquéritos, muitas vezes, são lentos, pois são feitos de modo a assegurar o direito de defesa das

pessoas (não podemos sair cometendo arbitrariedades por aí) e as situações são diferentes. Há casos em que as pessoas são detentoras de cargos de confiança e nesse caso há necessidade de se fazer uma maior apuração.

Os laudos antropológicos da Funai também são alvo de críticas virulentas, especialmente na Câmara dos Deputados, onde muitos parlamentares acusam os antropólogos de estarem a serviço de organizações internacionais. Como o sr. responde a essas acusações?

Eu acho que há uma incompreensão muito grande sobre o trabalho dos antropólogos. Vale ressaltar que esses antropólogos nem sempre são dos quadros da Funai. Pertencem a universidades, à Associação Brasileira de Antropologia, e o trabalho deles é extremamente difícil porque não se demarca uma terra indígena com os mesmos critérios que se adota para fazer um assentamento de trabalhadores rurais. A forma de ocupação que o povo indígena tem de sua terra é completamente diferente. Via de regra, essas comunidades dependem, de fato, de uma área de grande extensão e, num país onde há tantos conflitos, tantos trabalhadores sem terra, isso gera efetivamente uma polêmica muito grande. Eu acho que a responsabilidade não é da Funai, acho que nós temos diversas políticas públicas que hoje correm fora do controle dos poderes públicos e, evidentemente, a corda tende a ceder do lado mais fraco, que é o lado dos índios, neste tipo de conflito.

Uma das acusações mais frequentes na Comissão de Demarcação de Terras Indígenas é que a Funai demarca terras em que não há índios. Como o sr. responde a isso?

Em todas as áreas indígenas demarcadas existem índios. Se puder ser comprovado que há uma área indígena em que não existem índios, isso é um absurdo que deveria ser objeto de uma contestação judicial das partes interessadas.

Depois da demarcação da reserva Lanomani, virou chavão no Brasil dizer que há muita terra para pouco índio. Como o sr. responde a isso?

Sobretudo no que tange à região amazônica há grandes extensões de terra nas mãos de poucos latifundiários, há grandes extensões de terras destinadas à preservação do meio ambiente, ao trabalho das Forças Armadas, sobretudo em regiões de fronteira. E as terras indígenas têm uma extensão que é muito maior do

que a extensão que normalmente as terras indígenas têm em outras regiões do País, dado o baixo grau de ocupação existente na região amazônica, mas é uma inverdade dizer que isso seja um dado comum dentro do território nacional. Se você voltar a área dos Karás, em Dourados (MT), vai ver uma área diminuta ocupada por uma grande população, onde os índios se suici-

“Há soluções diferenciadas no território nacional e elas precisam ser consideradas como tal”

“Esses conflitos mostram que questão fundiária deveria ser tratada como prioridade de governo”

“Enquanto pessoas estão se matando, todo esse esforço e energia deveriam ser direcionados ao desenvolvimento”

“Evidentemente, a corda tende a ceder do lado mais fraco, que é o lado dos índios, nesse tipo de conflito”

IDE-VERSO

pectivo econômica, uma saída para a situação em que eles se encontram. A área fica praticamente na periferia da cidade de Dourados, gerando todo esse tipo de situação. Há situações diferenciadas ao longo do território nacional e elas precisam ser consideradas como tal.

■ Sobre o suicídio dos Kalwá, o sr. revelou na Comissão de Minorias da Câmara que só no espaço de dez dias depois de ter assumido a presidência da Funai ocorreram três suicídios, inclusive de uma menina de nove anos. A que se devem os suicídios? A Funai tem algum estudo completo sobre o caso?

□ Seguramente há mais de uma razão para os suicídios; uma delas é o fato de haver pouca terra para muito índio. Parece que há outros fatores que interferem nisso: o ingresso de bebidas alcoólicas dentro da comunidade, a atuação de certas missões religiosas que não consideram a identidade cultural desses grupos e os colocam dentro de uma situação de falta de perspectiva e até mesmo a discriminação que é praticada contra esses índios. Eu

“Não cabe à Funai administrar projetos nas comunidades indígenas. Cabe verificar se há erros na formulação”

ouvi uma história de um menino de oito anos que dias atrás tentou se matar. Ele foi salvo porque a mãe chegou a tempo e cortou a corda com que ele ia se enforcar. A criança disse que tinha praticado aquele ato porque não suportava mais a idéia de ir à escola sem ter caderno, roupa, sapato. Ele se sentia humilhado diante de seus colegas e, não vendo perspectiva, tomou essa iniciativa, tomando como exemplo o suicídio de um irmão mais velho.

■ O suicídio dos Kalwá já vem ocorrendo há algum tempo, e há três semanas um índio, funcionário da Funai, Adão Irapuitá, disse que, mesmo sendo Kalwá, jamais foi chamado a opinar sobre o caso dos suicídios ocorridos entre seu povo...

□ A situação não é simples. Se fosse, já estaria resolvida. Essa região do Mato Grosso do Sul é densamente ocupada. Viabilizar uma expansão dessas áreas indígenas implica um ônus financeiro muito grande. O que a Funai está fazendo agora é investir os poucos recursos que temos para dar viabilidade a projetos de natureza econômica que possam minimizar a fome e a necessidade que eles estão passando e que possa proporcionar a eles uma perspectiva mais razoável. Enviei uma equipe de técnicos para a área de Dourados e para visitar outras áreas da região para implantar um projeto de plantio, pois essas pessoas não têm apoio nenhum para plantar - a área de Dourados é toda coberta de capim colônio, que torna extremamente difícil o trabalho manual na agricultura. Obviamente que essa providência é insuficiente; terão de ser tomadas outras providências. O ministro da Justiça já me informou que pretende ir a essa região no mais curto espaço de tempo possível para verificar in loco a situação; e a Comissão de Meio Ambiente, e Minorias da Câmara dos Deputados também informou que enviará uma delegação para o local.

■ Hoje, um dos pontos nevrálgicos da questão indígena é o Decreto 22. O que o sr. pensa do decreto e da introdução do princípio do contraditório?

□ Essa é uma decisão de governo. O contraditório hoje não contemplado na letra do decreto é uma coisa que existe na prática política há muito tempo, razão pela qual nós estamos no limiar do terceiro milênio sem ter conseguido concluir o processo de demarcação de terras no Brasil.

■ Em setembro, quatro lide-

ranças indígenas distribuíram no Congresso uma lista com o nome de funcionários da Funai que eles consideravam contrários aos interesses dos índios. O sr. conhece esse documento?

□ Na Funai - eu não sei se isso também é praxe em outros órgãos públicos - você recebe denúncias que vêm com o sinal trocado de todos os lados, lideranças indígenas que pedem que determinadas pessoas saiam e vêm outras e pedem que as mesmas pessoas continuem. É uma coisa muito controvertida. Eu acho que esse tipo de situação não se deve aos índios e tampouco aos funcionários que são objeto dessas colocações. Eu penso que o que falta é uma estratégia de atuação do órgão, que possa envolver as lideranças indígenas também nos seus objetivos e dessa maneira superar o problema. Não acredito que seja pela via dessas acusações que se possa resolver, pois se fosse assim teríamos de passar o tempo nos preocupando com punição das pessoas e não teríamos condições objetivas de trabalhar positivamente no sentido de uma política indigenista melhor para o nosso País.

■ O sr. tem a idéia de promover o desenvolvimento sustentado nas aldeias. Como essa idéia se materializará?

□ Muitos grupos indígenas estão hoje inseridos no mercado, na condição de sócios minoritários de um modelo predatório que não se agüenta mais nas pernas. Muitas comunidades indígenas têm seus próprios projetos econômicos e não encontram apoio, financiamento, es-

tímulo e nem os parceiros de que necessitem para desenvolver bem esses projetos.

■ A Funai administraria esse processo?

□ Absolutamente. Não cabe à Funai administrar projetos nas comunidades indígenas. Cabe à Funai tomar conhecimento, verificar se há erros na formulação...

■ Eu me refiro a administrar essa procura por parceiros, a indicar, orientar. Qual seria o papel da Funai nessa transição para o modelo que o sr. pretende?

□ A minha intenção é organizar dentro da Funai um banco de projetos comunitários. Não estou falando de projetos da Funai, mas de projetos das comunidades indígenas, que hoje formulam seus projetos, mas não têm canais definidos para poder fazer o trâmite disso. Há muitas instituições do Brasil e do mundo que têm um grande interesse em contribuir e financiar esses projetos mas não têm acesso à informação sobre a existência desses projetos, sua qualidade técnica. Então, pretendemos construir esse banco, oferecendo, na medida do possível, assessoria técnica para que os projetos sejam bem elaborados; fazer algum esquema de acompanhamento, avaliação da execução desses projetos de forma a ter

sua execução aperfeiçoada ao longo do tempo. O papel da Funai não é substituir as comunidades indígenas, é de apoiar os projetos que vêm dessas comunidades.



Amigo de FHC, Márcio Santilli assumiu a Funai criticando a ausência de políticas públicas

AGÊNCIA ESTAD